

Campanha salarial, factóides e pelegos¹

Desde dezembro do ano passado, o Sindiprol vem anunciando que os docentes das universidades estaduais teriam uma reposição de 17%. Esse anúncio foi feito após a aprovação de uma emenda ao orçamento que destinava mais R\$ 30 milhões, "suplementando-se as dotações de Pessoal e Encargos dos docentes das Instituições de Ensino Superior". Na última assembleia de docentes, em 22 de março, mesmo diante da impaciência e desconfiança dos docentes quanto à campanha salarial *sui generis* conduzida pelo do Sindiprol, resolveu-se aguardar até o dia 18 de abril por uma alegada "proposta iminente" de reposição por parte do governo Requião. De acordo com o presidente do Sindiprol, a proposta contaria com o parecer favorável de todos os secretários do governo, faltando apenas a assinatura do governador, que estaria voltando da China.

Contudo, após seu passeio pelas terras do oriente, o nosso governador declarou a uma rádio em Londrina, que iria implantar um curso de chinês em uma das universidades estaduais, e que iria trazer dois chineses para trabalhar no governo. Quanto à reposição dos docentes, nada disse.

Durante a *reunião ampliada de diretoria do Sindiprol*, em 20 de abril, o presidente do Sindiprol voltou a anunciar perante cerca de trinta docentes, que naquele momento o governador estaria assinando uma mensagem prevendo a reposição salarial aos docentes. Só não manifestou certeza quanto ao teor da mensagem, mas, informações anteriores que ele dispunha, davam conta que a proposta seria de equiparação dos salários dos docentes das universidades estaduais paranaenses com os das federais. Nos dias posteriores esta informação não se confirmou, pelo contrário, em 22 de abril, no site da imprensa do governo do Estado, foi estampada uma matéria mentirosa segundo a qual o Estado do Paraná seria o que mais investe no ensino superior. Informa uma série de valores descontextualizados e errados que seriam os "números que demonstram o esforço que o governo vem promovendo para atender os pleitos das universidades estaduais", de acordo com o governador.

Até hoje, 25 de abril, não há notícia de nenhuma mensagem do governador prevendo reposição e nenhuma outra forma de amenização da penosa situação dos docentes.

Estamos claramente diante de uma sucessão de factóides² criados pelo Sindiprol para desviar a atenção dos docentes da UEL quanto à verdadeira situação em que se encontra a fracassada campanha salarial iniciada em meados de 2003.

A quebra da campanha salarial

O presidente do Sindiprol costuma iniciar seus informes falando da "campanha salarial" do Sindiprol. Procede a uma fraude diante de

todos, pois, o que o Sindiprol fez foi romper com a campanha salarial unificada e dedicar-se (solitariamente ou em companhia de representantes do Sinteemar/Maringá) a percorrer os corredores da assembleia legislativa e os gabinetes dos secretários de Estado para "sensibilizar" os políticos com as suas teses de que caberia dentro da LRF a nossa reposição e a descobrir – qual Sherlock Holmes – dinheiro que o governo não sabia da existência: os famosos trinta milhões.

A definição do índice da campanha salarial unificada foi feita por uma assembleia de docentes ocorrida em maio de 2003 no auditório do CESA. Mas a decisão de romper com a campanha salarial unificada foi tomada pelo Sindiprol a revelia dos docentes, sem nenhuma consulta e nem satisfação. Pelo contrário. Quando em maio de 2004 foi realizado um dia de paralisação das universidades para pressionar o governo a negociar, o Sindiprol colocou-se abertamente contra, boicotando a paralisação na UEL, e afirmando que havia condições de conseguir a reposição mediante negociações. O Sindiprol ficou todo este tempo, de janeiro de 2004 até agora tentando provar a sua tese sem resultado algum, a não ser pela produção de factóides como os acima mencionados. Então, de que campanha salarial o presidente do Sindiprol fala? A única campanha salarial que existe é a que tem sido tentada, a duras penas, pelos docentes da Unioeste, da UEPG e da UNICENTRO. Campanha extremamente enfraquecida pela não participação dos professores da UEL. E a não participação dos docentes da UEL se deve principalmente à política do Sindiprol. Que política é essa?

¹ Pelego.

Substantivo masculino 1. Regionalismo: Brasil. Pele colocada sobre os arreios para tornar o assento do cavaleiro mais confortável. 2. Regionalismo: Brasil. Uso: pejorativo. Agente disfarçado do governo que procura agir politicamente nos sindicatos de trabalhadores. 3. Derivação: sentido figurado. Regionalismo: Brasil. Uso: pejorativo. Indivíduo servil e bajulador; capacho, puxa-saco. (Dicionário Houaiss)

² Factóide.

Substantivo. Brasileirismo. Gíria. "Fato, verdadeiro ou não, divulgado com sensacionalismo, no propósito deliberado de gerar impacto diante da opinião pública e influenciá-la." (Dicionário Aurelio) A palavra factóide vem do inglês, incorporada ao léxico americano pelo t.r.h.d.o.t.i.l. desde 1983. Segundo o t.r.h.d.o.t.i.l., factóide é "algo fictício ou não provado, mas apresentado como fato, para efeito de propaganda, e incorporado por insistente repetição". (Millôr Fernandes, O que é um factóide).

Campanha salarial ou campanha para reitoria?

Durante a assembléia do dia 22 de março, um docente colocou que um fator que enfraquece a luta pela reposição é a dúvida quanto às pretensões do presidente do Sindiprol vir a disputar novamente a reitoria, conforme ele ouvia pelos corredores. Este comentário indica um alto grau de desconfiança quanto às verdadeiras motivações do Sindiprol. Será que algum "estrategista" do Sindiprol achou que bajulando Requião ao dizer, que 17% era a parte que o governador nos devia, iria conseguir essa mísera parcela e assim alavancar a campanha para reitoria?

Esta desconfiança se reforça quando os docentes assistem à salada dos índices feita pelo Sindiprol. No início da campanha, ainda em 2003, o índice defendido pelo Sindiprol era de 62%. Em janeiro de 2005 o Sindiprol informou que "a parte do governo Requião" era de 17%, para coincidir com os trinta milhões descobertos pelo presidente do Sindiprol, mas, na assembléia do dia 22 chegou a falar que o índice era de 57%. Depois, no boletim posterior à assembléia, entretanto, declarou que as nossas perdas ultrapassaram 70%, sem dizer quanto precisamente são as nossas perdas. Ora, um sindicato que tem todos os recursos e todo o tempo para fazer cálculos, deveria ter a capacidade de definir qual o índice de reajuste que está postulando.

Mas a desconfiança ganha corpo principalmente diante da luta pela paternidade que o presidente do Sindiprol vem travando com a reitora da UEL. Resulta patético ver a guerra de comunicados, cada qual anunciando que a reposição está *no papo*. A reitoria sugerindo que seria a equiparação às federais e o Sindiprol aferrando-se nos seus 17%. De concreto nem uma coisa nem outra, ou pior, os docentes sendo enrolados e não organizando uma verdadeira campanha salarial.

Desfazendo alguns equívocos

Alguns docentes têm se manifestado nas reuniões e assembléias cobrando a participação da reitoria na luta pela reposição salarial. Lembrem manifestações da atual reitora e alguns dos seus assessores durante greves anteriores, que cobravam o engajamento dos reitores. Com todo o respeito que devemos aos colegas que assim pensam, não podemos deixar de apontar que, na nossa opinião, esta cobrança é indevida. Pois no quadro de falta de autonomia em que as universidades estão postas, a alta cúpula da universidade não representa a comunidade universitária, mas o governo do Estado. Quem nomeia o reitor é o governador e quem o depõe também é o governador. Além disso, as universidades estão amarradas por centenas de fios às determinações administrativas e acadêmicas dos executivos estaduais e federais, não sendo, em síntese, autônomas, como afirma a Constituição Federal no

seu art. 207. Por esta razão consideramos um equívoco cobrar da reitoria qualquer papel na nossa luta por reposição.

Outro equívoco que certos companheiros têm manifestado é o de atribuir aos atuais ocupantes da alta cúpula da universidade o papel de esclarecedores e dirigentes de outras lutas, cuja ausência nas atuais circunstâncias estaria nos enfraquecendo. A experiência das duas últimas greves, contudo, não confirma que se trate de grandes *combatentes* pelas causas coletivas. Ainda faz pouco tempo que o grupo que hoje está na reitoria, juntamente com o atual presidente do Sindiprol romperam o Comando Unificado de Mobilização, que continuou funcionando depois da greve de 2000, com a intenção de capturar a reitoria no processo de cassação do então reitor Jackson Proença Testa. E a postura de vários integrantes da atual administração durante a greve de 2001/2002 foi a de tentar liquidar com a greve o quanto antes, motivados pela sua intenção de vir a disputar a reitoria. Quantas vezes ouvimos destas pessoas, desde outubro de 2001, expressões tais como: "podemos perder uma batalha, mas não perder a guerra", "devemos fazer um recuo tático", e outros pretextos do gênero para acabar com a greve. Não fosse a determinação das assembléias de docentes em manter a greve, dificilmente teríamos arrancado os 13,5% em 2002.

As nossas propostas

A ADUEL reafirma aqui suas posições favoráveis a uma verdadeira campanha salarial unificada com os servidores de todas as universidades do Paraná. Nesse sentido defendemos:

1. O índice de 80,78% de reposição (atualizado até março), no mínimo. Continuamos a reivindicar, entretanto, que nossas perdas salariais devam ser calculadas a partir de agosto de 95, data da última reposição geral de salários. Nesse caso, as nossas perdas chegam hoje a 121,42!
2. Constituição de um comando de mobilização composto por docentes eleitos na assembléia, não restrito aos dirigentes das entidades.
3. Representação deste comando eleito no Comitê Estadual com delegação para transformá-lo em Comando Estadual de Mobilização.
4. Preparação de uma greve estadual em todas as universidades, com adoção das medidas necessárias decididas em assembléia.

As mentiras do governo Requião

No site da agência de propagando oficial do governo do Estado do Paraná: <http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/> encontramos a seguinte coleção de mentiras:

PARANÁ INVESTE R\$ 667 MILHÕES NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

O Paraná é hoje o estado brasileiro que mais investe recursos próprios no ensino superior público. Neste ano, as instituições terão um orçamento total de R\$ 667 milhões, o que representa 7,2% de toda a arrecadação do Estado com o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em 2002, o total investido foi de R\$ 451 milhões, saltando para R\$ 479 milhões no ano seguinte e, em 2004, para R\$ 666 milhões. Os números revelam que, entre 2002 e 2005, o governo aumentou em 47,89% os recursos próprios destinados ao ensino superior.

Só os investimentos com o custeio das cinco universidades e as 12 faculdades que formam a rede de ensino superior paranaense - onde estudam 72 mil alunos - saltou de R\$ 27 milhões, em 2002, para cerca de 42 milhões em 2005, um aumento de 55,56% no período.

Os números foram divulgados nesta sexta-feira (22) pelo secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldair Rizzi, num relatório enviado ao governador Roberto Requião. "**São números que demonstram o esforço que o governo vem promovendo para atender os pleitos das universidades estaduais**", avaliou o governador.

Salários - Atualmente, o Estado emprega 5.208 professores ativos e mantém 1.648 inativos. **O salário médio dos professores auxiliares é de R\$ 1,5 mil; dos assistentes, de R\$ 2,7 mil; dos adjuntos, R\$ 3,8 mil; dos**

associado, R\$ 4,3 mil e dos titulares é de R\$ 5,4 mil. Sobre esses vencimentos, incide ainda um percentual por tempo de serviço, o que amplia os salários em até 25%.

No atual governo, um dos benefícios concedidos aos funcionários das instituições de ensino superior foi o abono de R\$ 300,00 concedidos a todos os 8.647 técnicos administrativos e 574 inativos. Para os funcionários que têm salário até R\$ 400,00, o abono representou um aumento de 75%, e foi de 30% para aos que recebem até R\$ 1 mil.

Segundo o secretário Aldair Rizzi, o orçamento global da secretaria, incluindo universidades, Fundo Paraná e Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) é de R\$ 768 milhões. Dos R\$ 667 milhões previstos para este ano para as universidades, R\$ 383 milhões serão usados para o pagamento do pessoal.